

A POLIFONIA SOBRE AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA EM REVISTAS PEDAGÓGICAS

Renato Melo Ribeiro
Faculdade de Educação da USP

Resumo

Este resumo sintetiza uma investigação que analisou a circulação da controvérsia sobre avaliações de larga escala em revistas pedagógicas publicadas no Brasil. Para tanto, examina a configuração polifônica das revistas Nova Escola, Presença Pedagógica e Pátio - Ensino Fundamental, a partir de três eixos: a agenda temática, os sujeitos e os discursos da controvérsia pública em tela. A abordagem ancora-se na noção de polifonia (BAKHTIN, 2003, 2005) e em procedimentos inspirados na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), tendo em vista a operacionalização de uma “decomposição polifônica” das vozes inscritas nos textos midiáticos. Conclui-se que a arena social que debate avaliação da educação básica foi *recontextualizada* pelas revistas sob a forma de uma *arena avaliativa midiaticizada*, sobre-representando o “campo de apoio” à avaliação em larga escala, e sub-representando os campos de “crítica propositiva” e de “recusa” a essas avaliações.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Revistas pedagógicas. Polifonia.

Este resumo apresenta resultados de uma investigação que tratou da circulação da controvérsia pública sobre avaliações de larga escala em revistas pedagógicas publicadas no Brasil, entre 2007 e 2014 - período de avanço institucional do aparelho avaliativo e de acirramento dos debates no campo da avaliação educacional (cf. RIBEIRO, 2023).

A partir de critérios como a circulação nacional, a regularidade das publicações no período analisado, o foco no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o caráter midiático das publicações, a circulação em escolas públicas e a acessibilidade dos arquivos, foram selecionadas para análise as revistas Nova Escola (Fundação Victor Civita, São Paulo - SP), Presença Pedagógica (Editora Dimensão, Belo Horizonte - MG) e Pátio - Ensino Fundamental (Editora ArtMed, Porto Alegre - RS).

No Brasil, as revistas pedagógicas têm reconhecido papel como portadoras de discursos educacionais nos meios escolares e de gestão, com potencial para incidir na opinião de gestores e professores da educação básica. Como mídia segmentada, estabelecem uma conexão mais estreita com seu público-leitor por meio de temas, abordagem e estilo mais ajustados aos destinatários da educação básica. A partir de 2010, por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, o governo federal passou a adquirir e distribuir uma dezena dessas revistas para

compor o acervo de bibliotecas escolares (BRANDÃO, C., 2016; RAMOS, 2009; GENTIL, 2006; CITELLI, 2000; BARBOSA; CAMPOS, 2010; BUENO, 2007; SILVEIRA, 2006).

A controvérsia pública em tela foi se acentuando paralelamente à formação e desenvolvimento do aparelho avaliativo, a partir dos anos 1990. Entre 2007-2014, recorte temporal da pesquisa, destacam-se entre os marcos históricos que incidiram nesse debate público: a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, em 2007; o crescimento acelerado do número de estados e municípios com programas próprios de avaliação - principalmente a partir de 2007; a criação da Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, em 2013; a inclusão do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - Pisa e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb nas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, em 2014 (COELHO, 2008; FREITAS, D., 2007; GATTI, 2014; HORTA NETO, 2014).

Em nível conjuntural, a *arena avaliativa* caracterizou-se pela disputa discursiva entre campos de opinião concorrentes. O “campo de apoio” às avaliações em larga escala, desde uma matriz ideológica economicista (meritocrática, gerencialista e/ou cientificista), tem por programa a regulação vertical da escola pelo Estado, nos marcos do paradigma de governança da educação e seus dispositivos - reformas educacionais, padronização curricular, mecanismos de quase-mercado, *accountability* gerencial e qualidade centrada no produto escolar. Esse campo reúne atores vinculados a órgãos governamentais, organizações do terceiro setor, instituições de ensino superior, instituições especializadas em avaliação, organismos multilaterais e consultorias educacionais (FINI; SANTOS, 2020; FERNANDES; GREMAUD, 2009; CASTRO, M. H. G., 2007; CALDERÓN; BORGES, 2020).

Por sua vez, o “campo de recusa” a essas avaliações, desde uma matriz ideológica crítica, defende a autorregulação das escolas e a atuação essencialmente provedora do Estado, contrapondo-se radicalmente ao modelo de governança da educação e seus dispositivos. Esse campo reúne atores que performatizam a função de *oponente*, incluindo professores-pesquisadores da educação básica, movimentos sindicais e acadêmicos de instituições de ensino superior (MENDES et al., 2015; SAUL, 2015; EVANGELISTA; LEHER, 2012; ESTEBAN, 2012).

Já o “campo de crítica propositiva”, desde variantes do discurso crítico, propõe a corresponsabilidade Estado-escola na produção da qualidade, questionando as políticas de governança gerencial na educação e a agenda global e corporativa de reforma da educação básica, a partir de uma perspectiva democrática de controle social da educação. Esse campo mobiliza sujeitos vinculados a instituições de ensino superior, organizações do terceiro setor,

órgãos governamentais, escolas básicas, sindicatos de professores e associações científicas da área de educação (FREITAS, L. C, 2007; MACHADO; ALAVARSE, 2014; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

Diante desse contexto, a pesquisa orientou-se pela seguinte pergunta: como a arena social que discutiu avaliação externa da educação básica foi representada (reconstruída) na polifonia midiática que circulou em revistas pedagógicas? Para responder a essa questão, examinou-se a configuração polifônica dessas mídias em função de três eixos: a agenda, os sujeitos e os discursos dessa controvérsia educacional específica.

Metodologia

Metodologicamente, a investigação apoiou-se na noção de *polifonia* para designar as vozes discursivas que podem ser desveladas a partir do texto (BAKHTIN, 2003, 2005). Para operacionalização de uma “decomposição polifônica” do texto midiático, a sistemática de análise mobiliza dispositivos que se inspiram em instrumentos e procedimentos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). O material textual analisado mobilizou 69 edições das três revistas, que forneceram 107 textos para o *corpus*, com 244 enunciadores que se pronunciaram sobre a controvérsia em tela. Por meio de um conjunto de descritores temáticos, enunciativos e discursivos, mensurações foram realizadas para evidenciar o viés de opinião e a permeabilidade de cada periódico a posicionamentos não alinhados ao viés.

Resultados

No *corpus* analisado, houve incidência de um conjunto de variantes discursivas associadas à abonação/justificação das avaliações em larga escala – no caso, os discursos *da governança educacional, das políticas e práticas eficazes, de popularização da avaliação, das políticas e práticas informadas pela avaliação, da equidade, da qualidade, da gestão, da centralidade dos profissionais da escola e do capital humano*; mas também de variantes não abonadoras dessas avaliações – no caso, o *discurso crítico* e, em menor medida, os discursos *da equidade e das políticas e práticas informadas pela avaliação* quando em coocorrência com o *discurso crítico*. Esses discursos deram origem a argumentos que se inter cruzam para produzir efeitos de abordagem/opinião nos enunciados – no caso, as abordagens *positiva/favorável, positiva/favorável com ressalvas e negativa/desfavorável*. A mensuração desses descritores permitiu inferir atributos da *arena avaliativa midiaticizada* pelas revistas pedagógicas.

Por um lado, as três revistas analisadas manifestaram um viés comum pró-avaliação externa em nível dos discursos, dos argumentos e da abordagem/opinião. Esse viés midiático foi mais acentuado nas vozes internas (repórteres; editores) do que nas vozes externas (atores

sociais), evidenciando uma regulação discursiva maior em relação aos operadores do texto midiático. Além disso, vale destacar que tal viés midiático comum (pró-avaliação externa) foi mais acentuado na Nova Escola do que em suas congêneres.

Por outro lado, nos três periódicos investigados houve uma permeabilidade minoritária comum à crítica da avaliação externa. A permeabilidade é mais restrita em relação às vozes internas (ou editoriais), as quais, no máximo, manifestaram a posição “positiva com ressalvas”. Essas vozes não alinhadas ao viés das revistas originam-se principalmente dos atores de Instituições do Ensino Superior. Além do mais, vale destacar que tal permeabilidade à crítica da avaliação externa foi mais acentuada na Revista Pátio do que nas demais.

Há uma “diferenciação-convergente” que caracteriza a polifonia dessas revistas, que priorizou a discussão das avaliações nacionais e do Pisa, privilegiou as vozes acadêmicas e governamentais, regulou mais as reportagens do que os artigos e se inclinou mais para o *discurso da governança* (e variantes abonadoras) do que para o *discurso crítico* (e variantes não abonadoras).

Em meio às tensões entre o *viés* e a *permeabilidade*, essas mídias produziram uma *recontextualização* da controvérsia pública da avaliação externa, que se caracterizou tanto pelo relativo “espelhamento” como pela “refração”, evidenciada pela: 1) ausência nas revistas de enunciados argumentativos marcados por fatores históricos da arena conjuntural que valoram negativamente os indicadores sintéticos como o Ideb e a expansão dos programas de avaliação subnacionais; 2) ausência de parte dos grupos sociais vinculados ao campo de crítica-propositiva, tais como “sindicatos de professores”, “escolas básicas” e “associações científicas da área de educação”; 3) ausência ou participação enviesada de atores ligados à escola básica – principalmente por meio de diretores escolares que são entusiastas das avaliações externas; entre outras.

Dessa forma, nos limites do material textual e do intervalo histórico analisado, conclui-se que **a arena social que debate avaliação externa foi recontextualizada pelas revistas pedagógicas sob a forma de uma arena avaliativa midiaticizada, sobrerrepresentando o campo de apoio à avaliação em larga escala e sub-representando os campos de crítica propositiva e de recusa a essas avaliações**. Ou seja, as revistas como sujeitos institucionais atuaram como partícipes discretos e indiretos do campo de apoio às avaliações em larga escala, sem deixar de operar como agência midiática que também concedeu algum espaço aos demais campos.

Considerações finais

Por fim, no âmbito das pesquisas avaliativas e educacionais, a investigação produziu uma descrição e uma síntese interpretativa original das condições de circulação do debate sobre avaliações em larga escala, ao mesmo tempo em que desenvolveu dispositivos metodológicos potencialmente úteis para o estudo de outras controvérsias educacionais, entre os quais destacam-se o mapeamento conceitual tensivo, o construto *arena de controvérsia* e a sistemática de decomposição polifônica do texto midiático.

Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3ª ed. Trad. Paulo Bezerra. Rido de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARBOSA, A. J. G.; CAMPOS, R. A. Educação inclusiva em revistas pedagógicas: análises de conteúdo e bibliométrica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 479-494, dez. 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, C. L. **PNBE do Professor: Usos e desusos**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2016.
- BUENO, S. F. Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, ago. 2007.
- CALDERÓN, A. I.; BORGES, R. M. Avaliação em larga escala na Educação Básica: usos e tensões teórico-epistemológicas. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 28-58, jan./mar. 2020.
- CASTRO, M. H. G. O desafio da qualidade. In: ITUASSU, A.; ALMEIDA, R. de (Org.). **O Brasil tem jeito?: educação, saúde, justiça e segurança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. v. 2, p. 35-72.
- CITELLI, A. **Comunicação e educação: a linguagem em movimento**. São Paulo: Cortez, 2000.
- COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.
- ESTEBAN, M. T. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 573-592, set./dez. 2012.
- EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **TrabalhoNecessário**, Niterói-RJ, v. 10, n. 15, 2012.
- FERNANDES, R.; GREMAUD, A. Qualidade da educação básica: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, Fernando et al. (Orgs.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FINI, M. I.; SANTOS, A. V. F. Currículo comum, avaliações externas e qualidade da educação. [Entrevista de Maria Inês Fini concedida a André Vitor dos Santos]. **Em Aberto**, Brasília, v. 33, n. 107, p. 191-202, jan./abr. 2020.

FREITAS, D. N. T. **A avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

GATTI, B. A. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26, mai. 2014.

GENTIL, M. S. **Revistas da área da Educação e professores – interlocuções**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. HORTA NETO, 2014.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014.

MENDES, G. S. C. V.; CAMELO, J.; ARELARO, L. R. G.; TERRASÊCA, M.; SORDI, M. R. L.; KRUPPA, S. M. P. Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1283-1298, dez. 2015. OCDE, 2007.

OLIVEIRA, R. P. O.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

RAMOS, M. E. T. **O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2009.

RIBEIRO, R. M. **Discursos sobre avaliações de larga escala em revistas pedagógicas: análise da polifonia midiática**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SAUL, A. M. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1299-1311, dez. 2015.

SILVEIRA, F. R. **Um estudo das capas da revista Nova Escola: 1986-2004**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.